



# EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.12.07.1

Regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 (e suas alterações posteriores).

# **PREÂMBULO**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, torna público para conhecimento de todos os interessados que até às **09:00 Horas** do dia **29 de janeiro de 2019**, na sede da Comissão Permanente de Licitações e Pregões da Prefeitura de Várzea Alegre, localizada na Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153, Centro, Várzea Alegre - Ceará, em sessão pública, dará inicio aos procedimentos de recebimento, abertura dos envelopes concernentes às propostas de preços, formalização de lances verbais e documentos de habilitação da licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º **2018.12.07.1**, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93, e suas alterações posteriores, Lei complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e legislação complementar em vigor.

Objeto:	Contratação de instituição financeira, pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários, necessários ao pagamento de vencimentos, salários e similares dos servidores municipais, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante dos Anexos do Edital.
Secretaria:	Secretaria Municipal de Finanças
Critério de Julgamento:	Maior Oferta Global.
Modalidade:	Pregão Presencial.
Data e Hora de Abertura: 29 de Janeiro de 2019, às 09:00 Horas	

Compõem-se o presente Edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

#### PARTE A - Condições para competição, julgamento e adjudicação.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

## PARTE B - ANEXOS

Anexo I - Termo de Referência do Objeto:

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Modelo de Declarações/Procuração;

Anexo IV - Minuta do Contrato.

#### 1 - DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem como objeto a Contratação de instituição financeira, pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários, necessários ao pagamento de vencimentos, salários e similares dos servidores municipais, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante dos Anexos do Edital.

1.1.1- Os serviços a que se refere o item 1.1 deste Edital compreendem:

W





- a) Centralização e processamento de créditos provenientes de 100 % (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Município, lançados em contas correntes individuais do funcionalismo público, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com o Município, seja recebendo vencimento, salário, subsídio, proventos e pensões ou bolsa estágio, denominados, doravante, para efeito deste instrumento, CREDITADOS, em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente do Município;
- b) Pagamento a credores, incluindo fornecedores, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pelo Município e entes públicos ou privados, a qualquer título, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial, para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.
- 1.2 O objeto compreende a execução de forma exclusiva dos serviços previstos no item anterior, abrangendo os servidores atuais e os admitidos durante o prazo de execução do contrato.
- 1.3 Os serviços ofertados deverão atender às exigências do termo de referência, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização, bem como às normas e legislações alusivas às Instituições Financeiras, além de atender à Lei Federal n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) no que for pertinente.
- 1.4 É vedada a subcontratação total, ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.
- 1.5 Os serviços, objeto desta licitação, não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, a depender das necessidades e das solicitações formalizadas pelo Município Contratante, na forma como estabelecido no Anexo I deste Edital, devendo ser executados por empregados da contratada, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização.

# DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO NA PRESENTE LICITAÇÃO – 2.

- 2.1- Poderão participar da presente licitação quaisquer pessoas jurídicas localizadas em qualquer Unidade da Federação, cadastradas ou não na Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto desta licitação.
  - 2.1.1- CADASTRAMENTO: O cadastramento junto à Prefeitura de Várzea Alegre (inscrição no CRC) a que se refere o subitem anterior deverá ser providenciado pelo interessado diretamente na sede da Comissão Permanente de Licitações e Pregões, situada na Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 Centro, Várzea Alegre/CE, apresentando a documentação exigida, até às 18:00h do dia anterior ao previsto para o recebimento dos documentos de habilitação e de proposta de preço e a revalidação/atualização de documentos.
  - 2.1.2 Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora.
- 2.2- No dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos documentos de credenciamento, propostas de preços e habilitação, devendo o interessado ou seu representante, se for o caso, credenciar-se perante o Pregoeiro Oficial do Município de Várzea Alegre.
- 2.3- CREDENCIAMENTO: Cada licitante deverá apresentar-se com apenas 01 (um) representante, devidamente munido de documentação hábil de credenciamento, o qual será o único admitido a intervir nas diversas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, pelo licitante representado.
  - 2.3.1- Para o credenciamento do representante deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) Cópia de seu documento oficial de identificação (do representante), válido na forma da lei; e

19





- b) Procuração pública ou instrumento particular de mandato, conforme modelo discriminado no item 2 do ANEXO III deste Edital, caso o representante não seja sócio-gerente, diretor do licitante;
- c) Documento que comprove a titularidade do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição, etc.)
- 2.3.2- Caso o credenciado da pessoa jurídica licitante seja sócio-gerente, diretor do licitante, dispondo por si só de poderes de representação, deverão ser apresentados documentos que comprovem tal condição (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição, etc.), nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura acompanhado do documento oficial de identificação.
- 2.4- A incorreção ou não apresentação dos documentos definidos no subitem **2.3.1 ou 2.3.2** deste edital implicará no **não credenciamento de representante**, ficando o mesmo impedido de ofertar lances verbais, interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, podendo, entretanto, participar da licitação com sua proposta de preços escrita.
- 2.5- Após o credenciamento, será aberta a sessão, ocasião em que os interessados ou seus representantes deverão apresentar:
- a) Declaração dando ciência de que cumprem os requisitos de habilitação, conforme modelo disposto no item 1 do ANEXO III deste Edital; e
- 2.6- A incorreção ou não apresentação da declaração definida no subitem **2.5** deste edital implicará na impossibilidade de participação no certame.
- 2.7- Os documentos elencados no subitem 2.3.1, 2.3.2 e 2.5 deverão ser apresentados em separado dos envelopes de proposta de preço e de habilitação, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes de proposta de preços.
- 2.8- Os licitantes poderão nomear representantes, caso não os tenha feito, descredenciar ou substituir os já nomeados, desde que apresente os documentos exigidos neste item. Entretanto, não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa/entidade licitante.
- 2.9- Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou ainda, que possuam registro de inadimplência contratual junto à Prefeitura de Várzea Alegre ou que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura de Várzea Alegre-CE, ou tenham sido declarados inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.
- 2.10- O credenciamento dos interessados será efetuado antes da apresentação dos envelopes contendo a documentação e propostas, no mesmo local de apresentação da documentação. O início da sessão de credenciamento dar-se-á até o horário previsto no preâmbulo deste edital sem tolerância para possíveis atrasos.

# DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO - 3.

- 3.1- O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:
  - 3.1.1- Credenciamento dos licitantes;
  - 3.1.2- Recebimento dos envelopes de "propostas de preços" e "documentos de habilitação";
  - 3.1.3- Abertura das propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
  - 3.1.4- Lances verbais entre os classificados;
  - 3.1.5- Habilitação do licitante melhor classificado;
  - 3.1.6- Recursos;
  - 3.1.7- Adjudicação.

# DOS ENVELOPES E DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS - 4.

4.1- Além dos documentos de credenciamento e condições de participação, previstos no item 2, cada licitante deverá, ainda, apresentar simultaneamente os envelopes de "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação".







4.2- Os conjuntos de documentos relativos à "Proposta de Preços" e aos "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues em envelopes separados, opacos e lacrados, rubricados no fecho, endereçados à Prefeitura de Várzea Alegre, identificados com o número da presente licitação, com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos seus conteúdos ("Proposta de Preço" ou "Documentos de Habilitação"), respectivamente.

4.3- Todos os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, cópia do original autenticada por cartório competente ou cópia simples acompanhada do respectivo original a fim

de ser verificada autenticidade pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio.

4.3.1- Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4.3.2- Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo as propostas de preços e

documentos referentes à habilitação, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.3.3- Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

DA PROPOSTA DE PREÇOS - 5.

5.1- A proposta de preços deverá ser elaborada em 01 (uma) via em papel timbrado ou com carimbo com os dados do interessado, manuscrita em letra de forma em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou qualquer processo eletrônico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada, contendo na parte externa do envelope correspondente as seguintes indicações:

# À PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE Pregão Presencial N.º 2018.12.07.1 LICITANTE: ENVELOPE N.º 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)

- 5.2- A proposta de preços deverá ser apresentada seguindo o modelo padronizado no ANEXO II deste Edital, contendo:
  - 5.2.1- A modalidade e o número da licitação;
  - 5.2.2- Endereçamento a Comissão Permanente de Licitações e Pregões da Prefeitura de Várzea Alegre;
  - 5.2.3- Razão Social e CNPJ do proponente;
  - 5.2.4- Prazo de execução, conforme os termos do edital;
  - 5.2.5- Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
  - 5.2.6- Os itens cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital;
  - 5.2.7- Os valores unitários em algarismos;
  - 5.2.8 Valor Global, em algarismo e por extenso;
- 5.2.9 Declaração da licitante que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a execução licitada, inclusive a margem de lucro.
- 5.3 O preço constante da proposta do licitante deverá conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.
- 5.4 O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 5.5 Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá o primeiro, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.
- 5.6 Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.





5.6.1- A proposta deve contemplar o quantitativo do item em sua totalidade conforme licitado.

5.7 - A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos bens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização do contrato, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente às Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, alterada e consolidada.

5.8 - Na análise das propostas de preço o Pregoeiro observará preferencialmente o preço unitário, facultando-lhe,

porém, segundo critério de conveniência e oportunidade observar o preço total.

5.9 - Será desclassificada a proposta de preços apresentada em desconformidade com este item.

5.10 - Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope "A" não sendo admitido o recebimento pelo Pregoeiro, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos já entregues o Pregoeiro.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – 6.

6.1- O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos exigidos em uma única via, e ser apresentado na forma do subitem 4.2 deste edital, contendo a seguinte inscrição no seu frontispício:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE

Pregão Presencial N.º 2018.12.07.1

LICITANTE:

ENVELOPE N.º 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

6.2- Os interessados não cadastrados na Prefeitura de Várzea Alegre, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (subitens 6.3 a 6.7), os quais serão analisados pelo Pregoeiro quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

# 6.3 - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.3.1 - REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

6.3.2 - ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

6.3.3 - INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do

Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

6.3.4 - DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 6.4- RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.4.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.4.3 - Provas de regularidade, em plena validade, para com:

6.4.3.1 - a Fazenda Federal (consistindo em Certidão Conjunta Negativa de Débito quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN);

6.4.3.2 - a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de tributo estadual do domicílio da licitante);





6.4.3.3 - a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

6.4.3.4 - a Seguridade Social (CND - Certidão Negativa de Débitos);

6.4.3.5 - o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.4.3.6 - a Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.5- RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.5.1 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.6 – RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.6.1 - Autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento da Instituição Financeira nas operações atinentes ao objeto do contrato.

6.7 - DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 6.7.1 Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;
- 6.7.2 Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;
- 6.7.3 Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2°, da Lei n.° 8.666/93).
- 6.8 No caso de licitantes devidamente cadastrados na Prefeitura de Várzea Alegre, a documentação mencionada nos subitens 6.3 a 6.5 poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto à Prefeitura de Várzea Alegre, assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), o qual deverá ser entregue acompanhado dos documentos tratados nos subitens 6.6 e 6.7 do edital, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pelo Pregoeiro.

6.8.1 - A documentação constante do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Várzea Alegre deverá também se encontrar dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

6.9 - As Certidões de Comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para o recebimento dos envelopes.

6.10 - A documentação constante dos envelopes de habilitação que forem abertos integrará os autos do processo

licitatório e não será devolvida.

6.10.1 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados classificados ao final da fase de competição poderão ser retirados por seus representantes na própria sessão. Os documentos não retirados permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, durante 05 (cinco) dias corridos à disposição dos respectivos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

6.11 - Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referentes à fase de Habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdos e forma.

# DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL - 7.

7.1- O Pregão será do tipo presencial, com a abertura da licitação em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, e realizar-se-á no endereço constante do Preâmbulo deste Edital, seguindo o trâmite indicado abaixo e obedecendo a legislação em vigor.



7.2- CREDENCIAMENTO: Antes do início da sessão os representantes dos interessados em participar do certame deverão se identificar e se for o caso comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, na forma do item 2.3 deste instrumento,

assinando, então, lista de presença.

7.3- RECEBIMENTO DE ENVELOPES: A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública do Pregão Presencial, na presença dos representantes dos licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, onde o Pregoeiro receberá de cada licitante ou seu representante os documentos a que se referem o item 4.1 deste edital e, em envelopes distintos, devidamente lacrados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, fazendo registrar o nome dos licitantes que assim procederam.

7.3.1- Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito

pelo Pregoeiro(a).

7.3.2- Após a entrega dos envelopes não caberá desistência por parte de qualquer licitante, salvo por motivo

justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro(a).

7.3.3- O Pregoeiro(a) ao receber a documentação tratada no subitem 7.3 poderá determinar a suspensão do ato, para análise da documentação e a compatibilidade com os termos do edital.

7.4- ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS: Abertos os envelopes contendo a "Proposta de Preços" de todos os licitantes, o Pregoeiro ou membro da equipe de apoio fará a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. A seguir, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para a execução do(s) objeto(s) da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

7.4.1- Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços o Pregoeiro examinará a compatibilidade

desta com os termos do edital, desclassificando as propostas que não atendam aos termos desse edital.

7.4.2- O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, determinar a suspensão da sessão, a fim de que o setor técnico da Secretaria interessada na presente licitação proceda ao exame de qualidade e compatibilidade dos itens com os termos do edital.

7.5- CLASSIFICAÇÃO INICIAL: O Pregoeiro fará a ordenação das propostas de todos os licitantes, em ordem decrescente de valor, classificando o licitante com proposta de maior oferta e aqueles que tenham apresentado propostas em valores inferiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de maior oferta, para que seus representantes participem dos lances verbais.

7.5.1- Caso não sejam verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem 7.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus representantes

participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas iniciais.

7.6- LANCES VERBAIS: Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços crescentes, obedecendo as seguintes

disposições:

7.6.1- O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de menor oferta e os demais, em ordem crescente de valor. No caso de empate de valor entre propostas será realizado imediatamente sorteio visando definir a(s) ORDEM de lance entre os licitantes empatados.

7.6.2- Só serão aceitos os lances cujos valores forem superiores ao último lance que tenha sido anteriormente

registrado.

7.6.3- O Pregoeiro no início ou no decorrer da etapa de lances verbais terá a prerrogativa de:

a) determinar um intervalo mínimo de valor entre os lances verbais a serem realizados;

b) determinar um período máximo de tempo para que cada licitante realize o lance verbal;

7.6.4- Não será aceito o lance realizado em desacordo com as determinações emanadas do Pregoeiro na forma do subitem anterior.







7.6.5- Preclui o direito de apresentar lance verbal, sendo considerado desistente o licitante que deixar de apresentar lance no prazo determinado pelo Pregoeiro na forma da alínea "b" do subitem 7.6.3.

7.6.6- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para efeito de

classificação ao final da etapa competitiva.

7.6.7- Quando não mais se realizarem lances verbais por qualquer dos licitantes será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem crescente de valor, exclusivamente pelo critério de maior oferta.

7.6.8- O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor oferta para o Município nas situações em que não se realizem lances verbais, ou realizando-se, depois de declarado o encerramento da etapa competitiva se a oferta não for aceitável, ou se o licitante classificado for considerado inabilitado, no exame de oferta subsequente.

7.6.9- Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem

lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão Presencial.

7.6.10- Declarada encerrada a etapa competitiva, com ou sem lances verbais, e realizada a classificação final das propostas, O Pregoeiro examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, especialmente quanto à conformidade entre a proposta/maior oferta e o valor estimado para a contratação constante da planilha anexa ao processo, decidindo motivadamente a respeito.

7.6.11 - O valor mínimo aceitável ao final da etapa de lances verbais e de negociação para adjudicação do objeto é de R\$ 897.514,00 (oitocentos e noventa e sete mil quinhentos e quatorze reais) e deverá ser

líquido, não cabendo ao licitante a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

7.6.12- O lance verbal depois de proferido será irretratável, não podendo haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

7.6.13- Os licitantes que apresentarem preços manifestamente inexequíveis serão considerados desclassificados, não se admitindo complementação posterior.

7.6.14- Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

7.6.15- Não serão adjudicadas propostas com preços unitários e/ou global inferiores aos valores estimados

para a contratação, constantes da planilha anexa ao processo.

7.6.15.1 - Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou superiores ao valor definido no item 7.6.11 deste Edital.

7.6.16- Caso o preço referente ao preço final seja composto de preços unitários, deverá o Pregoeiro, antes da convocação de todos os licitantes, solicitar ao vencedor a adequação desses preços ao valor do lance final.

7.6.17- O contrato deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias úteis da convocação do licitante declarado vencedor, cabendo, ainda, à negociação direta, a fim de se obter preço mais vantajoso.

7.7- HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO: Existindo proposta classificada aceitável, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" do(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) proposta(s), para confirmação das suas condições habilitatórias, determinadas no item 6.

7.7.1- Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

7.7.2- Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo Pregoeiro, caso não haja intenção de interposição de recurso por qualquer dos demais licitantes.

7.7.3- Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, permitida negociação - subitem 7.6.8 do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na(s) ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que





atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.7.4- Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova

documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo.

7.8- RECURSOS: Somente no final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, facultando-lhe juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias corridos, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em prazo sucessivo também de 03 (três) dias corridos (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.8.1- O recurso será dirigido ao(s) Secretário(s) Gestor(es), por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do

recebimento do recurso pelo(s) Secretário(s) Gestor(es).

7.8.2- Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

7.8.3- Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não devidamente justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

7.8.4- O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

7.8.5- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão Presencial, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao(s) licitante(s) vencedor(es).

7.8.6- A petição poderá ser feita na própria sessão e será reduzida a termo em ata, facultado ao Pregoeiro o

exame dos fatos e julgamento imediato do recurso.

7.8.7- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.8.8- Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(s) Secretário(s) Gestor(es) homologará(ão) e procederá(ão) a adjudicação da(s) proposta(s) vencedora(s), para determinar a

7.8.9- A intimação dos atos decisórios da administração — Pregoeiro ou Secretário(s) — em sede recursal será feita mediante afixação de cópia do extrato resumido ou da íntegra do ato no flanelógrafo da Prefeitura de Várzea

Alegre, conforme Lei Municipal.

7.8.10- Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Comissão Permanente de Licitações e Pregões da Prefeitura de Várzea Alegre.

7.9- ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Da sessão do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente assinada, ao final, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, e facultativamente, pelos licitantes ainda presentes quando do encerramento dos trabalhos.

7.9.1- Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou superior ao previsto ao valor orçado pela Administração, será feita pelo Pregoeiro a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião. Após o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) à Assessoria Jurídica, para fins de análise e parecer;

b) e depois à(s) Secretaria(s) competentes para homologação e subsequente formalização do Contrato.

7.10- SUSPENSÃO DA SESSÃO

7.10.1- O Pregoeiro é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.





7.10.2- O Pregoeiro poderá, para analisar as propostas de preços e os documentos de habilitação, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas

7.11- INDICAÇÃO DO VENCEDOR: No julgamento das propostas/ofertas será declarada vencedor o Licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste Edital, apresentar o MAIOR OFERTA, cujo objeto do certame a ela será adjudicado.

7.11.1- Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste Edital.

# CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO – 8.

8.1- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão Presencial.

8.1.1- Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.1.2- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

8.2- Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada por máquina, impresso por computador ou qualquer processo eletrônico, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

8.2.1- o endereçamento a Presidente e Pregoeiro da Prefeitura de Várzea Alegre;

8.2.2- a identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão Permanente de Licitações e Pregões da Prefeitura de Várzea Alegre, dentro do prazo editalício;

8.2.3- o fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

8.2.4- o pedido, com suas especificações;

8.3- Caberá a Presidente e Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.4- A resposta do Município de Várzea Alegre-CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no flanelógrafo da Prefeitura de Várzea Alegre, conforme disposto no artigo 87 da Lei Orgânica do Município e constituirá aditamento a estas Instruções.

8.5- O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

8.6- Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8.6.1- Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindose o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das

propostas.

8.7- DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento licitatório, o Pregoeiro ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

8.7.1- Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo

determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

8.8- REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: O Município de Várzea Alegre-CE poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo.

# DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO - 9

9.1- As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas através de Contrato, celebrado entre o Município, através da Secretaria Gestora, representado pelo Ordenador de Despesa, e o(s) licitante(s)







vencedor(es), que observará os termos da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes.

9.2 - O Município de Várzea Alegre firmará contrato com a licitante vencedora e emitirá a ordem de serviço para

o licitante vencedor visando a execução do serviço.

9.2.1- O Licitante Vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para

assinar o Contrato.

9.3 - Os serviços licitados deverão ser prestados junto à Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, tendo seu início no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da expedição da ORDEM DE SERVIÇOS emitida pela Administração, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico, no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

9.3.1- O Contrato produzirá seus efeitos jurídicos e legais, a partir da data de sua assinatura, pelo prazo de 60

9.3.2- O aceite dos serviços pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos serviços.

9.4 - A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não assinar a(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO e a não execução do contrato, no prazo estabelecido, sujeitará a

Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

- 9.5 No caso de constatação da inadequação dos serviços prestados às normas e exigências especificadas neste Edital, na Solicitação e na Proposta vencedora, a Administração os recusará, devendo ser de imediato ser adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.
- 9.6 Os serviços licitados deverão ser executados, observando rigorosamente as condições contidas no Projeto Básico/Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o prestador do serviço a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pelo Município, para representá-lo na execução do serviço. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do prestador do serviço deverão ser comunicadas

aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem na execução, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

e) a execução dos serviços deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do

Município.

9.7 - Se o licitante vencedor não assinar o Contrato, no prazo estabelecido, é facultado ao Município convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço.

9.8 - Incumbirá ao Município providenciar a publicação do Termo de adjudicação e homologação no quadro de avisos, conforme disposto no artigo 87 da Lei Orgânica do Município.

9.9- Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

9.10 - Os serviços deverão ser executados, em endereço e prazos estipulados previamente, designado pela Unidade Gestora, e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste edital, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.







9.11 - A Contratada será responsável pelos danos causados direta ou inderatemente ao Contratante, aos servidores ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração Municipal.

# DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - 10

10.1- DA(S) ORDEM(NS) DE SERVIÇOS/EXECUÇÃO: A execução dos serviços se dará mediante expedição de ORDEM(NS) DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO, por parte do Município ao licitante vencedor.

10.1.1- A(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO emitida conterá os serviços pretendidos, devendo ser entregue ao contratado no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou do próprio Contrato.

DE constantes ORDEM(NS) da(s) determinações orientações e Observadas as 10.1.2-SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO, o prestador dos serviços deverá executar os serviços no local,

dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a execução.

10.1.3- O aceite dos serviços pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos entregues.

10.2- DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO: Os serviços licitados deverão ser iniciados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da expedição da(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE

EXECUÇÃO.

10.2.1- Os serviços deverão obedecer a um cronograma de execução, a partir das características que se apresentam nos quantitativos discriminados na(s) ORDEM DE SERVIÇO/ AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO.

10.2.2- Os serviços serão atestados por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização

do contrato.

10.2.3- No caso de constatação da inadequação dos serviços executados às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora, a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

10.2.4- Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo para execução.

10.3- Os itens licitados deverão ser executados, observando rigorosamente as condições contidas no Projeto Básico/Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da execução em

que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em

tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

- d) aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem na execução, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- e) a execução dos itens deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.





## DO PAGAMENTO - 11

11.1. PAGAMENTO: A contratada deverá realizar o pagamento ao Município, após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em uma única parcela, e deverá ser líquido, não cabendo ao contratado a retenção de valores a qualquer título.

11.2. Em caso de atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária com base no IPCA-IBGE, bem como juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês, calculado "pro rata tempore" em relação

do atraso verificado, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento.

11.3. O Município de Várzea Alegre arcará com o valor referente a título de multa rescisória, "pro rata tempore", decorrente da rescisão do contrato vigente de gestão da folha de pagamento dos servidores e fornecedores municipais.

DAS SANÇÕES – 12.

12.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

12.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Várzea Alegre e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Várzea Alegre pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

a) apresentar documentação falsa exigida;

b) não manter a Carta Proposta;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

II - multa calculada sobre o valor do Contrato, sendo:

a) de 5% (cinco por cento) sobre o valor global a ser pago à Prefeitura, em caso de atraso do pagamento do valor ofertado na licitação;

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor global ofertado, pela não assinatura do contrato ou retirada da proposta

ou infração que torne inviável a continuidade da avença;

c) de 0,05% por dia sobre o valor global mensal da folha de pagamento por atraso na realização de crédito em conta, sendo que o atraso reiterado poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação da penalidade estipulada na alínea "b" desta cláusula;

d) de 2% (dois por cento) sobre o valor global ofertado, no caso de atraso superior a 15 (quinze) dias na execução de qualquer parte dos serviços, não especificada nas alíneas anteriores, sendo que o atraso reiterado no cumprimento de obrigações poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação da penalidade estipulada na alínea "b" desta cláusula.

12.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

12.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

12.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução

administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93,

alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

12.5. A não execução dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

W





12.6. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.

12.7. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93,

alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

12.8. O contratado poderá ter seu contrato cancelado quando:

12.8.1- descumprir as condições do contrato;

12.8.2- tiver presentes razões de interesse público.

12.8.3- nas hipóteses dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada. 12.9. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo,

assegurada a ampla defesa e o contraditório. 12.9.1- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa,

garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Várzea Alegre e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Várzea Alegre pelo prazo de até 05 (cinco)

# FRAUDE E CORRUPÇÃO – 13

13.1- As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

# DISPOSIÇÕES GERAIS – 14

14.1- As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

14.2- Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão e pelo Ordenador de Despesa, em

outro caso, mediante aplicação do caput do art. 54 da Lei n.º 8.666/93.

14.3- O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão Presencial.

14.4- A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5- A formalização do contrato só gera obrigações de execução quando expedida a competente a(s) ORDEM DE SERVIÇO/ AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO.

14.6- Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação

referente ao presente edital.

14.7- A administração disponibilizará meios de divulgação e amplo acesso aos preços praticados no Contrato objeto dessa licitação.

14.8- A Homologação do presente procedimento será de competência do Secretário Gestor.

14.9- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

14.10- Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca

de Várzea Alegre-CE.

14.11- Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (88) 3541-2893, Prefeitura de Várzea Alegre, situada na Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 - Centro.

14.12- Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Termo de Retirada de Edital, gratuitamente através de CD ROOM ou PEN DRIVE, a ser fornecido pelo licitante, ou mediante pagamento de cópia reprográfica, nos





horários de 08:00 às 12:00 horas, na Sede da Comissão Permanente de Licitações e Pregões da Prefeitura de Várzea Alegre, situada na Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 – Centro, ficando os autos do presente processo administrativo à disposição para vistas e conferência dos interessados, ficando o licitante obrigado a:

a) pagamento da taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) de cópia reprográfica, por meio de Documento de

Arrecadação Municipal - DAM.

b) fornecer CD ROOM, PEN DRIVE.

14.12.1- O referido edital e seus anexos também estão disponíveis nos seguintes sítios virtuais: www.tce.ce.gov.br/licitacoes, e www.varzeaalegre.ce.gov.br.

14.13- O Termo de Referência poderá ser examinado por qualquer interessado na sede da Comissão Permanente

de Licitações e Pregões da Prefeitura de Várzea Alegre.

14.14- Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste Certame, discriminadas no Anexo – Termo de Referência deste Instrumento Convocatório deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

14.15- No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurado a autoridade competente:

a) Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos

interessados na forma da legislação vigente.

b) Anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos

interessados mediante publicação na forma da legislação vigente.

14.16. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no flanelógrafo da Prefeitura de Várzea Alegre, conforme disposto no artigo 87 da Lei Orgânica do Município.

Várzea Alegre-CE, 15 de Janeiro de 2019

Emmanuel Abreu Pedreira

Pregoeiro Oficial do Município de Várzea Alegre (CE)







# ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA







#### TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Contratação de instituição financeira, pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários, necessários ao pagamento de vencimentos, salários e similares dos servidores municipais, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE.

#### Justificativa:

A presente contratação visa operacionalizar o pagamento dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Município, facilitando a intermediação entre o servidor e a Instituição Financeira, bem como o pagamento a fornecedores, melhorando o atendimento e abrangendo os benefícios e obtenção de recursos financeiros.

#### 1.1. Os serviços compreendem:

- a) Centralização e processamento de créditos provenientes de 100 % (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Município, abrangendo os servidores, lançados em contas correntes individuais do funcionalismo público, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com o Município, seja recebendo vencimento, salário, subsídio, proventos e pensões ou bolsa estágio, denominados, doravante, para efeito deste instrumento, CREDITADOS, em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente do Município;
- b) Pagamento a credores, incluindo fornecedores, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pelo Município e entes públicos ou privados, a qualquer título, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial, para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.
- 2. A prestação de serviços bancários visará:
- 2.1. Pagamento da remuneração, proventos e benefícios de servidores da Administração Direta;
- 2.2. Pagamento aos fornecedores da Administração Direta;
- 2.3. Arrecadação secundária e centralizada de tributos e preços públicos municipais; e
- 2.4. Centralização da movimentação financeira.
- 2.5. O Município autorizará e fará a gestão dos créditos consignados, de forma não exclusiva.

## 3. DA EXCLUSIVIDADE:

#### 3.1. Em caráter de exclusividade:

- a) Centralização e processamento de créditos da folha de pagamento gerada pela Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, a serem creditados em conta de titularidade de seus membros e servidores, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, nos termos do art. 2°, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, em conformidade com os Procedimentos Operacionais da Folha de Pagamento;
- b) Pagamento a fornecedores do Poder Executivo Municipal, no Banco Contratado, isento de tarifa, ou, conforme instrução, depositar ou transferir para outras instituições financeiras na data solicitada ao custo de, no máximo, de uma Transferência Eletrônica Disponível (TED), por lançamento à





Contratante, valores a serem creditados aos Membros e servidores da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre.

- c) Atendimento de arrecadação de tributos;
- d) Pagamento aos beneficiários de Programas Sociais cuja instituição financeira seja de escolha da Prefeitura Municipal, desde que a instituição financeira ganhadora não contemple este serviço;
- 3.2. Sem caráter de exclusividade:
- a) Concessão de crédito aos Membros e servidores da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, mediante consignação em folha de pagamento.
- b) Centralização da arrecadação das receitas municipais no âmbito do Poder Executivo, autárquica, fundacional e fundos especiais;

# 4. PERFIL DA AGÊNCIA BANCÁRIA

- **4.1.** Será admitida na licitação a participação de instituições financeiras que não possuam agência bancária na sede do Município de Várzea Alegre, desde que atendam a todas as exigências contidas neste Termo de Referência.
- **4.2.** Para a prestação dos serviços, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO POSSUÍR AGENCIA BANCÁRIA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE/CE deverá:
- a) Contar com, no mínimo, 01 (um) terminal de autoatendimento, se for o caso, instalado em local permitido pela Prefeitura, a título precário, com funcionamento em horário de expediente da Prefeitura Municipal;
- b) Contar com, no mínimo, 02 (dois) terminais (pontos externos);
- **4.3.** O caixa de autoatendimento e terminais de que trata o item 4.2 deverão estar em funcionamento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do contrato.

## 5. DAS OBRIGACOES DA CONTRATANTE:

- **5.1.** Centralizar os recursos mensais da folha de pagamento de seus membros e servidores, bem como o sistema de arrecadação de todos os tributos, receitas próprias e as que porventura surjam, e, ademais, o sistema de pagamento de beneficiários de programas sociais, na instituição financeira contratada, na forma e hipóteses estabelecidas no Edital.
- **5.2.** Enviar mensalmente por meio eletrônico ou não, com 01 (um) dia de antecedência da efetivação do crédito na conta dos membros e servidores ativos, do depósito ou transferência para outros bancos, os relatórios com todos os dados que possibilitem a instituição financeira efetuar os créditos ou as transferências nas contas indicadas.
- **5.3.** Transferir para instituição financeira contratada, no mês seguinte ao da assinatura do contrato, todos os recursos financeiros e administrativos necessários para que seja efetuada a folha de pagamento dos servidores.

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**6.1.** Abrir e manter, sem ônus para a contratante, conta para os membros e servidores vinculados à Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, para efeito de recepção de crédito de salários, vencimentos, subsídios e valores dos creditados informados pela contratante em relatórios de folha de pagamento.

Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, 153 – Centro – CEP:63.540-000 – Várzea Alegre/CE "Várzea Alegre Terra do Amor Fraterno" A





- **6.2.** Efetuar até 10 (dez) dias após a data de contratação, pela exclusividade da administração dos recursos da folha de pagamento, o depósito na conta bancária específica da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre que será informada mediante a assinatura do Termo Contratual.
- **6.3.** Instalar em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato, processo eletrônico de transferência de informações da folha de pagamento entre a contratada e a contratante, bem como processo eletrônico que permita à Contratante acesso instantâneo a todas as suas contas mantidas na Contratada, inclusive no que tange ao sistema de arrecadação municipal.
- **6.4.** Disponibilizar em todas as cidades do Estado meio para que os servidores e membros da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, sem ônus, efetuem saques de sua conta na instituição financeira contratada ou em postos de atendimentos conveniados, ou ainda mediante crédito, sem ônus, em outra instituição financeira indicada pelo servidor ou membro.
- 6.5. Depositar ou transferir para outras instituições financeiras na data solicitada ao custo de, no máximo, de uma Transferência Eletrônica Disponível (TED), por lançamento à Contratante, valores a serem creditados aos Membros e servidores ativos da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, Estado do Ceará.

# <u>7 - PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO, PROVENTOS E BENEFÍCIOS DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</u>

# 7.1 - Quadro de Servidores

7.1.1. Os dados referentes à pirâmide salarial dos servidores do Município de Várzea Alegre são os seguintes:

#### Distribuição de servidores por faixa salarial

ITEM	FAIXA VALOR	QTD. EFET.¹	QTD. COM. <sup>2</sup>	QTD. CONT. <sup>3</sup>	TOTAL
01	ATÉ R\$ 500,00	270		67	337
02	DE R\$ 500,01 A 1.000,00	230	186	140	556
03	DE R\$ 1.000,01 A 2.000,00	632	14	217	863
04	DE R\$ 2.000,01 A 3.000,00	33	08	19	60
05	DE R\$ 3.000,01 A 4.000,00	29		11	40
06	DE R\$ 4.000,01 A 5.000,00	20		01	21
07	DE R\$ 5.000,01 A 6.000,00	01	10		11
08	DE R\$ 6.000,01 A 7.000,00				
09	DE R\$ 7.000,01 A 8.000,00				
10	DE R\$ 8.000,01 A 10.000,00				
11	ACIMA DE R\$10.000,01	05	02	06	13
	TOTAL:	1220	220	461	1901







<sup>1</sup> quantidade de efetivos.

<sup>2</sup> quantidade de comissionados.

<sup>3</sup> quantidade de contratados.

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (Novembro de 2018).

7.2 - Condições gerais de prestação dos serviços

7.2.1. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE adotará, em conjunto com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, observados os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência, providências no sentido de formalizar a abertura/manutenção de contas-correntes em nome do servidor, ativo ou inativo, para a operacionalização do sistema de pagamento do funcionalismo municipal.

7.2.2. A prestação dos serviços bancários para pagamentos dos servidores será em âmbito

nacional.

7.2.3. O pagamento dos servidores inclusive décimo terceiro salário, será realizado de acordo com o calendário definido pelo MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE.

7.2.4. Os pagamentos serão efetuados por intermédio de crédito em conta-corrente.

7.2.4.1. As modalidades de pagamento por cartão magnético ou ordem bancária só poderão ser utilizadas no caso de servidores com restrições junto ao Banco Central do Brasil.

7.2.5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá garantir ao servidor a gratuidade dos serviços bancários previstos nas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

**7.2.6.** A tarifa de transmissão da folha não poderá ser superior a R\$ 1,50 (hum real e cinquenta centavos) por linha de inserção, devendo a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, sempre que possível, flexibilizar este valor por meio de descontos.

7.2.7. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE ficará isento de toda e qualquer tarifa, taxa ou cobrança similar não prevista no Edital, Termo de Referência ou Contrato, inclusive de eventuais despesas que decorram de implantação, modernização ou reformulação do sistema com a finalidade de permitir a operacionalização do contrato, exceto nos casos solicitados/autorizados pelo MUNICÍPIO, para antecipação da folha de pagamento.

7.2.8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA poderá conceder, sem caráter de exclusividade, empréstimos e financiamentos, mediante consignação em folha de pagamento, na forma da

legislação municipal vigente.

#### 7.3 - PROCEDIMENTOS

7.3.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da expedição da(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO.

7.3.1.1. Só será admitida a prorrogação do prazo fixado no item 7.3.1 no caso de interesse exclusivo do MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE que impeça totalmente o início dos serviços pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

7.3.2. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, encaminhará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, em meio digital, os dados cadastrais e bancários dos servidores, para a abertura das contas-correntes.







7.3.3. Depois de recebidos os dados, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá providenciar a préabertura da conta-corrente, interagindo com o MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE no sentido da entrega dos documentos necessários e assinatura dos contratos, sem prejuízo de viabilizar o comparecimento na agência.

7.3.3.1. Toda a despesa para a realização das aberturas das contas-correntes, tais como material de divulgação e postagem correrá às expensas da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, cabendo ao MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE somente orientar os servidores acerca do procedimento.

7.3.3.2. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA não poderá recusar, sob qualquer pretexto, abertura de conta-corrente de servidor, sob pena de rescisão do contrato e suas consequências, ressalvadas as restrições do Banco Central do Brasil.

7.3.4. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE abrirá conta-corrente na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para a realização dos serviços de pagamento de servidores, conforme abaixo:

7.3.4.1. CONTA DE FOLHA DE PAGAMENTO, onde será depositado o montante líquido dos créditos relativos ao pagamento dos servidores, bem como, os recursos oriundos das remunerações e benefícios previdenciários bloqueados e/ou estornados em função de lançamentos indevidos decorrentes de erros operacionais por parte do MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE ou da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

7.3.5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará, às suas expensas, software com aplicativo via web, atendendo aos padrões do MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, no prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, capaz de executar as ações abaixo, o qual será homologado pelo MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE:

a) emissão de espelho do comprovante de rendimento (contracheque), a ser operado pelo servidor ativo e inativo, junto aos terminais de autoatendimento e *internet banking*, com opção de visualizar, no mínimo, os últimos 06 (seis) comprovantes. A emissão do comprovante por intermédio de terminais de autoatendimento será limitada a 01 (um) comprovante / mês.

**7.3.5.1.** A instalação e a manutenção prevista no item 7.3.5 caberá exclusivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

**7.3.6.** Os bloqueios e desbloqueios de pagamento são de responsabilidade exclusiva do MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, devendo sua operacionalização ser efetuada de forma online, com disponibilidade e indisponibilidade imediata do crédito.

7.3.7. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE providenciará a transferência, à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos recursos financeiros referentes ao pagamento dos servidores, por meio de transferência bancária.

7.3.7.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá efetuar o crédito das remunerações e proventos nas contas-correntes dos servidores, na mesma data contábil (D+0) em que for feita a transferência dos recursos pelo MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, devendo estar disponível em D+1, nas datas previstas no calendário de pagamentos.

7.3.8. Caberá à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA repassar ao MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, até o 3º (terceiro) dia útil de cada mês, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração e Planejamento ou Secretaria Municipal de Finanças, os dados cadastrais da conta-corrente que for aberta em nome do servidor ativo e inativo, sendo de inteira responsabilidade da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a veracidade das informações.







7.4. ROTINA OPERACIONAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE enviará as informações necessárias para o processamento dos pagamentos dos servidores, à agência bancária, com antecedência de 01 (um) dia útil da data do efetivo pagamento, por meio de sistema de transmissão via web, disponibilizado pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, com retorno imediato de recibo de entrega informando a quantidade total de registros e valor total do crédito bancário.

7.4.2. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA realizará os testes necessários à validação dos arquivos recebidos e informará ao MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE a existência de eventuais inconsistências dos créditos, por meio de relatório, no primeiro dia útil após a sua recepção.

7.4.3. No caso de haver inconsistência, o MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE emitirá arquivo retificado contendo o crédito dos servidores, até 01 (um) dia útil antes da data prevista para o pagamento, com retorno imediato de recibo de entrega pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

7.4.4. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE fornecerá a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA os dados necessários à efetivação dos pagamentos, por meio de sistema atualmente em uso na Prefeitura, contendo a informação individualizada de cada crédito para consulta do CPF antes do crédito, por meio magnético e impresso.

7.4.5. Os arquivos de pagamento serão enviados a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acompanhados de relação de pagamentos em 03 (três) vias, contendo autorização para débito em conta com as seguintes informações:

a) número de conta do MUNICÍPIO, data e valor total do débito;

b) nome/número dos arquivos e valor do pagamento;

c) número de processo;

d) nome do favorecido, número do banco, agência, da conta corrente, do CNPJ da Prefeitura;

e) assinaturas autorizadas.

7.4.6. O MUNICÍPIO encaminhará ofício autorizando o pagamento para as contas dos servidores.

7.4.7. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará em até 01 (um) dia útil após o pagamento, arquivo mensal de retorno, em meio digital, que permita a confirmação dos créditos pelo MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, com relação aos valores pagos e não pagos aos servidores.

# 7.5 - PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE CONTA CORRENTE

7.5.1. O depósito em conta-corrente obedecerá ao mesmo procedimento adotado para uma contacorrente regular, que deverá ter como primeiro titular o servidor ativo ou inativo.

# 7.6 - RESPONSABILIDADE POR ERRO, OMISSÃO OU INEXATIDÃO DOS DADOS CONSIGNADOS NO ARQUIVO EM MEIO DIGITAL.

7.6.1 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA fica isenta de responsabilidades, inclusive perante terceiros, por erro, omissão ou inexatidão de dados consignados no arquivo em meio digital apresentado pelo MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, limitando-se a recebê-los, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

# 7.7 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE

7.7.1. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE obriga-se a:







a) adotar as providências necessárias ao cancelamento, em tempo hábil e em conformidade com as cláusulas contratuais, dos contratos vigentes com a instituição financeira que estejam realizando a prestação do serviço, objeto da presente licitação;

b) adotar as medidas necessárias à divulgação aos servidores, dos procedimentos a serem

observados para a abertura de conta corrente na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;

c) encaminhar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, após a assinatura do contrato, o calendário para pagamento dos servidores, inclusive o do 13° salário, quando devido;

d) indicar, na assinatura do contrato, os responsáveis / gestores do contrato para operacionalização do pagamento.

# 7.8 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

7.8.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá manter permanentemente atualizado, para efeito de pagamento e consulta, o cadastro dos servidores, e seus representantes legais, quando for o caso.

7.8.2. É de responsabilidade da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA o bloqueio do cartão magnético,

quando houver solicitação do titular ou do seu representante legal.

7.8.3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá disponibilizar ao MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, o histórico dos 12 (doze) últimos pagamentos, referentes aos servidores.

**7.8.4.** A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá, na assinatura do contrato, indicar os responsáveis/gestores do sistema de pagamento que auxiliarão os técnicos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças na operacionalização do pagamento.

7.8.5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA obriga-se a:

a) disponibilizar uma Central de Atendimento Telefônico para esclarecer dúvidas dos servidores no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato;

b) executar os serviços em absoluto sigilo, por seus prepostos, ficando, assim, vedada a divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, de qualquer dado ou informação acerca do cadastro funcional e/ou valores remuneratórios dos servidores municipais.

7.8.6. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá realizar todas as adaptações de seus softwares, necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do sistema de pagamento, sem ônus para

o Município.

7.8.7. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá manter o histórico de pagamento do funcionalismo público municipal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias para os pagamentos realizados em períodos superiores ao anteriormente referido, sem ônus para o Município. Findo o contrato e eventual prorrogação, os arquivos deverão ser fornecidos ao MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE.

**7.8.8.** A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá solicitar a anuência do MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE em caso de implementação de alterações no sistema de pagamento utilizado, que impliquem em modificações de procedimentos operacionais no relacionamento com o MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE ou com seus servidores.

Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, 153 – Centro – CEP:63.540-000 – Várzea Alegre/CE "Várzea Alegre Terra do Amor Fraterno" el





- **7.8.9.** A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá disponibilizar, em caso de solicitação do MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, em até 05 (cinco) dias úteis, relatórios analíticos e sintéticos, por servidores, em meio digital, ou por outras mídias disponíveis, contemplando entre outros:
- a) demonstrativo mensal dos pagamentos realizados informando, por mês de competência, o nome, matrícula, CPF e valor;
- b) demonstrativo mensal dos pagamentos bloqueados e desbloqueados informando, por mês de competência, nome, matrícula, CPF e valor;
- c) demonstrativo mensal dos pagamentos, por meio de conta corrente; bloqueados e/ou estornados no prazo de 30 (trinta) dias, informado, por mês de competência, o nome, matrícula, CPF e valor;
- d) demonstrativo mensal acumulado das contas-correntes não movimentadas no prazo de 90 (noventa) dias, informando, por mês de competência, o nome, matrícula, CPF;
- e) demonstrativo mensal dos pagamentos efetuados mediante determinação judicial, informado por mês de competência, o nome, matrícula, CPF.

# 8 - PAGAMENTO AOS FORNECEDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

**8.1** - Os fornecedores, pessoa física ou jurídica, são potenciais clientes da Instituição Financeira vencedora do objeto do presente Termo, cabendo ao Município de Várzea Alegre, por responsabilidade social, também velar por seus interesses.

#### 8.2 - Condições gerais de prestação dos serviços

- **8.2.1.** A prestação dos serviços bancários para pagamento a fornecedores deverá ser realizada em âmbito nacional.
- **8.2.2.** Os pagamentos aos fornecedores serão efetuados por meio de Crédito em Conta Corrente, ressalvadas as hipóteses previstas em dispositivos legal ou contratual.
- **8.2.2.1.** A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará outras modalidades de pagamento com o objetivo de atender os casos que não possam se enquadrar no item 8.2.2.
- **8.2.2.2.** A utilização de outra modalidade será definida em conjunto com o MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE sem despesas para o MUNICÍPIO e não cabendo qualquer indenização ou ressarcimento à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ressalvados os casos onde haja a obrigatoriedade de cobrança de tarifas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.
- **8.2.3.** A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA adotará, em conjunto com o MUNICIPIO DE VÁRZEA ALEGRE, observados os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência, providências no intuito de viabilizar a abertura de conta corrente junto à própria INSTITUIÇÃO FINANCEIRA em nome dos fornecedores da Administração Direta, para operacionalização do sistema de pagamento municipal.
- 8.2.4. O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE ficará isento de toda e qualquer tarifa, taxa ou cobrança similar não prevista no Edital, Termo de Referência ou Contrato, inclusive de eventuais despesas que decorram de implantação, modernização ou reformulação dos sistemas da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA com a finalidade de permitir a operacionalização do contrato.

9.DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA OFERTA

9.1. Será declarada vencedora do certame a Instituição Financeira que apresentar proposta de Maior Oferta.





9.2. A contratada deverá realizar o pagamento ao Município, após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em uma única parcela, e deverá ser líquido, não cabendo ao contratado a retenção de valores a qualquer título.

9.3. Em caso de atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária com base no IPCA-IBGE, bem como juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês, calculado "pro rata tempore" em relação do atraso verificado, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento.

9.4. O valor total da proposta a ser apresentada não poderá ser inferior R\$ 897.514,00 (oitocentos e noventa e sete mil quinhentos e quatorze reais) e deverá ser líquido, não cabendo ao licitante a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

9.5. O Município de Várzea Alegre arcará com o valor referente a título de multa rescisória, "pro rata tempore", decorrente da rescisão do contrato vigente de gestão da folha de pagamento dos servidores e fornecedores municipais.

# 10. DAS SANÇÕES

10.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

10.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Várzea Alegre e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Várzea Alegre pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- II multa calculada sobre o valor do Contrato, sendo:

a) de 5% (cinco por cento) sobre o valor global a ser pago à Prefeitura, em caso de atraso do pagamento do valor ofertado na licitação;

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor global ofertado, pela não assinatura do contrato ou retirada da proposta ou infração que torne inviável a continuidade da avença;

c) de 0,05% por dia sobre o valor global mensal da folha de pagamento por atraso na realização de crédito em conta, sendo que o atraso reiterado poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação da penalidade estipulada na alínea "b" desta cláusula;

d) de 2%(dois por cento) sobre o valor global ofertado, no caso de atraso superior a 15 (quinze) dias na execução de qualquer parte dos serviços, não especificada nas alíneas anteriores, sendo que o atraso reiterado no cumprimento de obrigações poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação da penalidade estipulada na alínea "b" desta cláusula.

10.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Rua Dep. Luiz Otacilio Correia, 153 - Centro - CEP:63.540-000 - Várzea Alegre/CE

"Várzea Alegre Terra do Amor Fraterno"

W





10.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

10.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

10.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

10.5. A não execução dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

10.6. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.

10.7. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

# 11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O Contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigerá PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) MESES, podendo ser prorrogado na forma da lei.

11.2. O contrato poderá ser rescindido nos casos de infração de qualquer das obrigações pactuadas ou por interesse de qualquer uma das partes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.2.1. Se a rescisão for solicitada pela contratada, a contratante ficará isenta do pagamento de qualquer tipo de restituição.

11.2.2. Se houver a rescisão antecipada por parte da contratante, sem que tenha havido infração de obrigações pactuadas, ela deverá devolver a contratada o valor recebido pela exclusividade dos serviços, calculado proporcionalmente aos meses restantes do contrato.

#### 12. GESTOR DO CONTRATO

12.1. A Gestão do Contrato será exercida pelo Secretário Finanças do Município de Várzea Alegre, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.







# ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

# QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO VÁRZEA ALEGRE/CE

ITEM	FAIXA VALOR	QTD. EFET. <sup>1</sup>	QTD. COM. <sup>2</sup>	QTD. CONT. <sup>3</sup>	TOTAL
01	ATÉ R\$ 500,00	270		67	337
02	DE R\$ 500,01 A 1.000,00	230	186	140	556
03	DE R\$ 1.000,01 A 2.000,00	632	14	217	863
04	DE R\$ 2.000,01 A 3.000,00	33	08	19	60
05	DE R\$ 3.000,01 A 4.000,00	29		11	40
06	DE R\$ 4.000,01 A 5.000,00	20		01	21
07	DE R\$ 5.000,01 A 6.000,00	01	10		11
08	DE R\$ 6.000,01 A 7.000,00				
09	DE R\$ 7.000,01 A 8.000,00				
10	DE R\$ 8.000,01 A 10.000,00				
11	ACIMA DE R\$10.000,01	05	02	06	13
	TOTAL:	1220	220	461	1901

<sup>&#</sup>x27; quantidade de efetivos.

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (Novembro de 2018)



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> quantidade de comissionados.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> quantidade de contratados.





# FOLHA DE PAGAMENTO POR ÓRGÃO

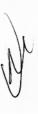
		RENCIA NOVEN	10110/2010	VALOR
ITEM	ÓRGÃO	SERVIDORES	VALOR BRUTO	LIQUIDO
1	Sec. Administração	33	R\$ 47.425,18	R\$ 34.732,70
2	Sec. Finanças	13	R\$ 17.573,01	R\$ 15.447,03
3	Sec. Educação	1291	R\$ 1.727.426,31	R\$ 1.404.761,58
4	Sec. Saúde	308	R\$ 654.112,21	R\$ 512.016,42
5	Sec. Assistência Social	91	R\$ 120.654,82	R\$ 105.374,25
6	Sec. Agricultura	11	R\$ 18.247.97	R\$ 15.416,81
7	Sec. Esportes	04	R\$ 4.114,90	R\$ 3.644,86
8	Sec. Cultura	14	R\$ 18.145,79	R\$ 15.518,62
9	Sec. Meio Ambiente	09	R\$ 15.208,62	R\$ 13.161,95
10	Sec. Infraestrutura	89	R\$ 119.270,03	R\$ 100.331,82
11	Ouvidoria	02	R\$ 7.170,97	R\$ 6.036,49
12	Procuradoria	07	R\$ 15.041,73	R\$ 13.141,79
13	Sec. Obras	10	R\$ 16.541,94	R\$ 13.811,66
14	Gabinete do Prefeito	18	R\$ 49.766,24	R\$ 34.010,71
			R\$ 2.812.451,75	R\$ 2.287.406,69

# CRÉDITO CONSIGNADO MONTANTE MENSAL DE CRÉDITO CONSIGNADO

	REFERENCIA NOVEMBRO/2018				
ITEM INSTITUICAO		VALOR			
1	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	156.875,80			
2	BANCO DO BRASIL	46.433,83			
3	BRADESCO	3.873,24			
	TOTAL	R\$ 207.182,87			

Antonio Gregório de Lima Neto Secretário de Finanças

PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE







# ANEXO II

cessários ao pag	damente autoriza gamento de venci Prefeitura Munic
ı privada, devid cessários ao pag ecessidades da	damente autoriza gamento de venci Prefeitura Munic
ı privada, devid cessários ao pag ecessidades da	damente autoriza gamento de venci Prefeitura Munic
ı privada, devid cessários ao pag ecessidades da	damente autoriza gamento de venci Prefeitura Munic
ı privada, devid cessários ao pag ecessidades da	damente autoriza gamento de venci Prefeitura Munic
ı privada, devid cessários ao pag ecessidades da	damente autoriza gamento de venci Prefeitura Munic
cessários ao pag ecessidades da	gamento de venci Prefeitura Munio
cessários ao pag ecessidades da	gamento de venci Prefeitura Munio
necessidades da	Prefeitura Muni
Valor Unitário	Valor Total
Valor Unitário	Valor Total
Valor Unitário	Valor Total
Valor Unitario	Valor Total
	itos, encargos trab
	, custos e demais o
).	
eı	ntos de pessoal,

OBS.: AO ELABORAR SUA PROPOSTA, O LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR FIELMENTE O PRESCRITO NO ITEM "5" DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.





# ANEXO III

# MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 1) Modelo de Declaração:

# DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO

# **DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova em processo licitatório N.º, junto ao Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará, o seguinte:
<ol> <li>que dá ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório;</li> <li>que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e dos produtos a serem ofertados no presente certame licitatório; e</li> <li>que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.</li> </ol>
Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.
de de 2019
DECLARANTE







# ANEXO III

# MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 2) Modelo de Procuração:

DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO

# **PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE**: <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF).

**OUTORGADO**: <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço.

PODERES: O outorgante confere ao outorgada pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de Várzea Alegre, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, Contratos, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

,(	_), de	2019
OUTOPCANTE	•••••	







## ANEXO III

# MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 3) Modelo de Declaração:

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

# **DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

	a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório N.º, junto ao Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
	b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de <b>Várzea Alegre</b> , Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;
	c) que inexiste qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2°, da Lei n.º 8.666/93. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.
,	de 2019

**DECLARANTE** 







#### ANEXO IV

# MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
CONTRATO Nº
O MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE - CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.539.273/0001-58, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153, Centro, CEP 63.540-000, Várzea Alegre – CE, através da SECRETARIA DE neste ato representada pelo respectivo Secretári(o), Sr(), doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa, pessoa jurídica de direito, sediada à rua, n°, Bairro, cidade de, inscrita no CNPJ/MF sob o n°, por seu representante legal, Sr, portador do CPF n°, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL  1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial tombado sob o nº, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO 2.1. Constitui objeto do presente a contratação de instituição financeira, pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários, necessários ao pagamento de vencimentos, salários e similares dos servidores municipais, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE., tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante dos Anexos do Edital.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO 3.1. O valor global da presente avença é de R\$ () a ser pago, em até 10 (dez) dias, após a assinatura deste Instrumento, pela instituição financeira ao Município, em uma única parcela, e deverá ser líquido, não cabendo ao contratado a retenção de valores a qualquer título. 3.2. Em caso de atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária com base no IPCA-IBGE, bem como juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês, calculado "pro rata tempore" em relação do atraso verificado, sem prejuízo de multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. 3.3. O Município de Várzea Alegre arcará com o valor referente a título de multa rescisória, "pro rata tempore", decorrente da rescisão do contrato vigente de gestão da folha de pagamento dos servidores e fornecedores municipais.

# CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigerá pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ter a sua duração prorrogada na forma da lei.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGACOES DAS PARTES

#### 5.1 Das obrigações da Contratante:

a) Centralizar os recursos mensais da folha de pagamento de seus membros e servidores, bem como o sistema de arrecadação de todos os tributos, receitas próprias e as que porventura surjam, e, ademais, o sistema de pagamento de beneficiários de programas sociais, na instituição financeira contratada, na forma e hipóteses estabelecidas no Edital, exceto nos casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial, para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.







- b) Enviar mensalmente por meio eletrônico ou não, com um dia de antecedência da efetivação do crédito na conta dos membros e servidores, do depósito ou transferência para outros bancos, os relatórios com todos os dados que possibilitem a instituição financeira efetuar os créditos ou as transferências nas contas indicadas.
- c) Transferir para instituição financeira contratada, no mês seguinte ao da assinatura do contrato, todos os recursos financeiros e administrativos necessários para que seja efetuada a folha de pagamento dos servidores.
- d) Abertura de conta corrente;
- e) Manutenção de conta corrente;
- f) Fornecimento mensal de 01 (um) talão de Cheques com 20 (vinte) folhas;
- g) 01 (um) Extrato Mensal;
- h) 01 (um) Extrato semanal emitido em terminal eletrônico;
- i) 10 (dez) Saques no Autoatendimento;
- j) 20 (vinte) pagamentos diversos (Caixa/Autoatendimento);
- k) Fornecimento e Manutenção de Cartão de Débito;
- 1) Consulta de Saldos e Extratos do último movimento sem limite em Terminais Eletrônicos e,
- m) Acesso ao Fone Fácil via atendimento eletrônico.

## 5.2 Das obrigações da contratada:

- a) Abrir e manter, sem ônus para a contratante, conta para os membros e servidores vinculados à Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, para efeito de recepção de depósito de salários, vencimentos, subsídios e valores dos creditados informados pela contratante em relatórios de folha de pagamento.
- b) Contar com, no mínimo, se for necessário, 01 (um) terminal de autoatendimento instalado em local permitido pela Prefeitura, a título precário, com funcionamento em horário de expediente da Prefeitura Municipal;
- c) Instalar, no mínimo, 02 (dois) terminais (pontos externos);
- d) Oferecer, no mínimo, 01 ano de isenção de tarifa na conta corrente;
- e) Efetuar até 10 (dez) dias após a data de contratação pela exclusividade da administração dos recursos da folha de pagamento o depósito na conta bancária específica da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre que será informada mediante a assinatura do Termo Contratual, sob as condições elencadas no item 6.1 do Anexo I Termo de Referência.
- f) Instalar em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato, processo eletrônico de transferência de informações da folha de pagamento entre a contratada e a contratante, bem como processo eletrônico que permita à Contratante acesso instantâneo a todas as suas contas mantidas na Contratada, inclusive no que tange ao sistema de arrecadação municipal.
- g) Disponibilizar em todas as cidades do Estado meio para que os servidores ativos, inativos, pensionistas e membros da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, sem ônus, efetuem saques de sua conta na instituição financeira contratada ou em postos de atendimentos conveniados, ou ainda mediante crédito, sem ônus, em outra instituição financeira indicada pelo servidor ou membro.
- h) Depositar ou transferir para outras instituições financeiras na data solicitada e sem ônus à Contratante, valores a serem creditados aos Membros e servidores ativos, inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre.

#### **5.2.1** Constituem também obrigações da **CONTRATADA**:

- a) executar o fornecimento, objeto do presente contrato, em regime de estreita colaboração com a CONTRATANTE;
- b) responder por todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias ligadas direta ou indiretamente a execução deste contrato; e
- c)fornecer a CONTRATANTE, tempestivamente, os elementos e informações que permitam a adoção de providências que deste dependam.

W





CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

6.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Várzea Alegre e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Várzea Alegre pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

a) apresentar documentação falsa exigida;

b) não manter a Carta Proposta;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

II - multa calculada sobre o valor do Contrato, sendo:

a) de 5% (cinco por cento) sobre o valor global a ser pago à Prefeitura, em caso de atraso do pagamento do valor ofertado na licitação;

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor global ofertado, pela não assinatura do contrato ou retirada da proposta ou infração que torne inviável a continuidade da avença;

c) de 0,05% por dia sobre o valor global mensal da folha de pagamento por atraso na realização de crédito em conta, sendo que o atraso reiterado poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação da penalidade estipulada na alínea "b" desta cláusula;

d) de 2%(dois por cento) sobre o valor global ofertado, no caso de atraso superior a 15 (quinze) dias na execução de qualquer parte dos serviços, não especificada nas alíneas anteriores, sendo que o atraso reiterado no cumprimento de obrigações poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação da penalidade estipulada na alínea "b" desta cláusula.

6.2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

6.2.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

6.2.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

6.3. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

6.4. A não execução dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste

6.5. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.

6.6. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

7.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer





infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

- 7.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.
- 7.4. O contrato poderá ser rescindido nos casos de infração de qualquer das obrigações pactuadas ou por interesse de qualquer uma das partes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 7.4.1. Se a rescisão for solicitada pela contratada, a contratante ficará isenta do pagamento de qualquer tipo de restituição.
- 7.4.2. Se houver a rescisão antecipada por parte da contratante, sem que tenha havido infração de obrigações pactuadas, ela deverá devolver a contratada o valor recebido pela exclusividade dos serviços, calculado proporcionalmente aos meses restantes do contrato.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 8.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 8.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo Instituto ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 8.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pelo Instituto.
- 8.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Secretaria.
- 8.7. A Secretaria rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 8.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 8.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Este Contrato reger-se-á, ainda, pelas seguintes disposições gerais:
- a)A CONTRATADA responderá por todos os danos que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por si, seus empregados ou prepostos, quando da execução deste Contrato;
- b)A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros não vinculados à execução do presente Contrato;
- c)A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- d) O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, salvo expressa autorização da CONTRATANTE;
- e) Na interpretação das disposições deste Contrato e integração das omissões, desde que compatíveis com os preceitos de direito público, aplicar-se-ão, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;
- f)A CONTRATADA responderá por todos os danos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da CONTRATADA, apurado na forma da legislação vigente, quando comunicados à CONTRATANTE, no prazo de 48 horas da ocorrência, ou ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- g)Após o trigésimo dia de paralisação do fornecimento, a CONTRATANTE poderá optar por uma das seguintes alternativas:

W





g.1) promover a rescisão contratual, com as consequências previstas no art. 80, da lei nº 8666/93, respondendo o Contratado com as perdas e danos decorrentes da rescisão;

g.2) exigir a execução do Contrato, sem prejuízo da cobrança de multa correspondente ao período total do atraso, respeitado o disposto na legislação em vigor.

h)A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida deste Contrato e seus aditamentos, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de lei;

i)A CONTRATADA declara que garante a quantidade do material a ser entregue para o cumprimento do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de Várzea Alegre é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, em 05 (cinco) vias, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

	Várzea Alegre-CE, de de
	Ordenador de Despesas
	Secretaria Municipal de Finanças CONTRATANTE
	***************************************
	CNPJ N°:
	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
1	CPF. N°
2.	CPF. №

W



# COMPROVANTES DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA/REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.12.07.1

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO - AVISO DE LICITAÇÃO. O Pregoeiro do Município de Chorozinho tare público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL № 2019.01.11.006-PP-FME, do tipo MENOR PREÇO, cujo Objeto é a Contratação de empresa para a prestação de Serviços de Locação de Veículos destinados ao Transporte Escolar do Município de Chorozinho/CE. A realizar-se no dia 29 de janeiro de 2019, às 09:00hs. Maiores informações na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Raimundo Simplício de Carvalho, S/N - Vila Requeijão - Chorozinho-CE, das 08:00 às 14:00h e no site: www.tce.ce.gov.br. Adson Costa Chaves - Pregoeiro. Chorozinho, 14 de janeiro de 2019.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Amontada - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 002/2019.01. O Pregoeiro da Prefeitura de Amontada torna público, para conhecimento dos interessados que no próximo dia 29 de janeiro de 2019, às 9h30min, na Sede da Comissão de Licitação da Prefeitura, sito à Av. Gal. Alipio dos Santos, nº 1343, no Centro desta cidade, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte objeto: aquisição de gás GLP para suprir a demanda das diversas Secretarias Municipais de Amontada, o qual encontra-se na integra na Sede da CPL, localizada no endereço acima, no borário de 8h00min às 12h00min e no site do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, no endereço: http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/. Amontada-CE, 15 de janeiro de 2019. O Pregoeiro.

\*\*\* \*\*\* \*\*\*

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Independência. A Secretaria de Educação do Município de Independência/CE, torna público o Extrato dos Instrumentos Contratuais resultantes do Pregão Presencial nº SE-PP010/18. Objeto: aquisição de material de expediente e limpeza, conforme anexo I do Edital, para atender as necessidades da Secretaria de Educação através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), no Município de Independência/CE. Contratadas: J W Coutinho Papelaria pelo valor global de R\$ 30.516,60. Contratada: Tauá Comércio de Saneantes EIRELI, pelo valor global de R\$ 9.982,00. Vigência dos contratos: 31.12.2019. Assina pelas Contratadas: José Wagner Coutinho; e Francisco Lauberio Cavalcante. Assina pela Contratante: Francisca Francilurdes Vieira. Independência/CE, 16.01.2019.

\*\*\* \*\*\* \*\*\*

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIRA - REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - O Pregoeiro Municipal de Itatira comunica aos interessados a REVOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 0401.01/2019-PE, cujo objeto é Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à Manutenção do Programa Merenda Escolar do Município de Itatira. Maiores informações junto à Comissão de Licitação da Prefeitura. Itatira-CE, 15 de janeiro de 2019. Edson Dias do Nascimento - Pregoeiro Municipal.

ESTADO DO CEARÁ- PREFEITRURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE-EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL № 24.10.18-01PP. A Secretaria de Saúde, por intermédiode suaSecretáriafaz publicar o TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO processo acima.OBJETO:AQUIS. DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES, CONF. PROPOSTAS DE AQUIS DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES, CONF. PROPOSTAS DE AQUIS DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES, CONF. PROPOSTAS DE AQUIS DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES, CONF. PROPOSTAS DE AQUIS DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES, CONF. PROPOSTAS DE AQUIS DE EQUIP. MENTO/MAT. PERMANENTE № S. 13858.795000/1170-07 e 13858.795000/1170-08, JUNTO A SEC DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DO NORTE/CE.HOMOLOGADO/ADJUDICADO o processo em09/01/2019a favor das EMPRESAS: MARILENE DE C. VASCONCELOS ME-CNPJ 35.043.876/0001-08-VLR GLOBALR\$ 20.771,68; FORTALMED-CNPJO5.455.385/0001-03-VLR GLOBALR\$ 27.249,81; QUIMIFORT-CNPJ41.654.740/0001-29- VLR GLOBALR\$ 36.134,46; STA CLARA MÓVEIS-CNPJ № 35.042.019/0001-85, VLR GLOBALR\$ 10.490,00; HUGO F. VIÑAS ME- CNPJ № 14.169.319/0001-50VLR GLOBALR\$ 66.481,07; BAUMER S/A - CNPJ № 61.374.161/0001-30, VLR GLOBALR\$ 150.000,00; DENTAL ALTA MOGIANA-CNPJ05.375.249/0001-03VLR GLOBALR\$ 80.000,0; SHOPPING PAPELARIA-CNPJ 29.103.669/0001-90 VLR GLOBALR\$ 23.500,00; CIRÚRGICA IBIPORA CNPJ 23.178.900/0001-29-VLR GLOBALR\$ 45.200,00; S&A COM VAREJISTA EQUIP HOSPITALARES ME-CNPJ11.726.439/0001-12VLR GLOBALR\$ 79.900,00; M.K.R. COM DE EQUIP EIRELI EPP-CNPJ 31.499.939/0001-76VLR GLOBALR\$ 1.860,00; Guaraciaba do Norte-CE, 14de Janeiro de 2019.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.11.22.1. A comissão de pregão da prefeitura municipal de Crato/CE comunica aos interessados que a sessão de licitação na modalidade pregão presencial nº. 2018.11.22.1, cujo objeto é a: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Castração com Procedimentos Pré-Operatórios (Exames Laboratoriais — Hemograma Completo, Jejum, Tricotomia c Internação), Trans-Operatório (Assistência ao Animal ate a Retirada dos Pontos), em Cães e Gatos (de Rua ou Domiciliados) no Município de Crato/CE com Implatação de Micro-Chip de Informações de Identificação, Pelo Periodo de Ate 12 (Doze) Meses, Necessária para Atender a Demanda de Controle Populacional e Identificação de Cães e a Gatos, Através de Serviço Municipal de Castração, Instituído pela Lei Municipal Nº 3.297 de 29 de Agosto de 2017, realizado no dia 15/01/2019 às 08h: 30min, foi declarada DESERTA, tendo em vista que nenhuma empresa interessada compareceu ao certame. Sendo assim, fica marcada para o DIA 29 DE JANEIRO DE 2019 ÀS 08h30min\_a data da REABERTURA DA SESSÃO. Maiores informações através do telefone (88) 3521.9600 das 08h00min às 14h00min (horário local). Crato/CE, 15 de janeiro de 2019. Valéria do Carmo Moura – Pregoeira.

Prefeitura Municipal de Quixeramobim/CE. Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Dispensa Nº 13.007/2017-DL. Contratante: Secretaria de Saúde. Objeto: Locação de um imóvel situado na Rua Dr. Monsenhor Salviano Pinto, Nº 245, Centro, para o funcionamento do Centro de Abastecimento Farmacêutico - CAF. Contratado: Elayne Franco da Silva, Este termo tem por objeto a prorrogação, O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período referente a 12 (doze) meses, a partir de 16/01/2019 a 16/01/2020. Assinatura: 12/12/2018. Signatários: Antonio Eugênio Gomes de Almeida – Secretário - Contratante e Elayne Franco da Silva - Contratada.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO – AVISO DE CONVOCAÇÃO - CONCORRÊNCIA N°. 2018.10.16.2 Objeto: Contratação dos Serviços de Engenharia para Reforma, Ampliação e Adaptação das Escolas Anderson de Franca Alencar, Antonio Antuerpio Gonzaga de Melo, Antonio Jose Soares, Professora Edilma F.G. Rodrigues – Circulo Operário, Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, Professor Jose do Vale Arrais Feitosa, Melvin Jones, Pedro Morais, Sonia Calou e Vicente Antonio Borges, Atraves do Termo de Ajuste N° 007/2018, Referente ao MAPP 2030 do Governo do Estado do Ceará. A Comissão Permanente de Licitação da PMC Convoca para que se Faça Presente na Sessão Pública de Licitação, os Representantes Legais das Empresas: CONSTRAM – CONSTRUÇÕES E ALUGUEL DE MÁQUINAS LTDA, Inscrita no CNPJ SOB O N° 22.432.727/0001-59; SL CONSTRUTORA LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB O N° 09.390.354/0001-64, e, Ainda, Convocamos os Demais Interessados em Acompanharem o Transcorrer da Sessão Pública, que Acontecerá no dia 18 de Janeiro de 2019. às 14h:30m. (Horário Local). Maiores Informações Através do Telefone (88)3521.9600 das 08:00 às 14:00 Horas (Horário Local). Valéria do Carmo Moura – Presidente da CPL/PMC.

ESTADO DO CEARÁ- PREFEITRURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE- EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22.11.18-01PP. A Secretaria de Saúde, por intermédio de sua Secretária faz publicar o TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO do processo acima.OBJETO:AQUISIÇÃO DE 3 (TRÊS) VEÍCULOS 0KM TIPO FURGONETA ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO TIPO A CONFORME TERMOS DE COMPROMISSOS Nº 2305001712260943552/ Nº 230500171219153380/ Nº 2305001712181904424 E I (UM) TRANSPORTE SANITÁRIO ELETIVO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 2305001712291451295, JUNTO A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DO NORTE/CE.. Vem tornar público que foi HOMOLOGADO/ADJUDICADO o processo cm07/12/2018a favor das EMPRESAS: MUNDI COMÉRCIO DE VEICULOS E PEÇAS LTDA -CNPJ Nº 07.894.479/0001-04com o VALOR GLOBALR\$ 235.500,00 e CEARÁ DIESEL S/A -CNPJ Nº 63.388.441/0001-22com o VALOR GLOBALR\$ 188.000,00; Guaraciaba do Norte-CE, 07de Dezembro de 2018.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE-AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.12.07.1. O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, Estado do Ceará, no Cumprimento de suas funções, torna público para o conhecimento dos interessados que o Certame Licitatório de Modalidade Pregão nº 2018.12.07.1, do tipo Presencial, cujo objeto é a Contratação de instituição financeira, pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários, necessários ao pagamento de vencimentos, salários e similares dos servidores municipais, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, com o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação marcado para o dia 15 de Janeiro de 2019, às 09:00 horas, tornou-se DESERTO. Em tempo já fica remarcada uma nova data para o recebimento dos envelopes de Propostas de Preços e de Habilitação neste dia 29 de Janeiro de 2019, às 09:00 Horas. Maiores informações pelo fone (88) 3541-2893. Emmanuel Abreu Pedreira - Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE.

\*\*\* \*\*\* \*\*\*



PERMANENTE

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 192/2018 - SME (88 749060)

Central de Licitações. Data de Abertura: 29 de janeiro de 2019, às 10h (Horário de Brasilla).

OBJETO: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de material de higiene infantil, para atender as necessidades dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Sobral-CE. Modalidade: Pregão Eletrónico (SRP) Nº 192/2018 - SME (8B 749060). Valor do Edital: Gratuito. INFORMAÇÕES: Site: www.sobral.ce.gov.br, (ACESSE 1157 p. 1254.

Sobral - CE, 15 de janeiro de 2019 RODOLPHO ARAŬJO DE MORAIS

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÓNICO № 01.09.01/2019-PE

Pelo presente aviso e em cumprimento as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e Decreto nº 5.450/05, a Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Tianguá comunica aos interessados que realizará o Pregão na modalidade Pregão Eletrônico Nº 01.09.01/2019-PE, com o seguinte objeto a contratação da prestação de serviços Nº 04.09.01/2019-PE, com o seguinte objeto a contratação da prestação de serviços Nº 04.09.01/2019-PE, com o seguinte objeto a contratação da prestação de serviços Nº 04.09.01/2019 de 10.00.01/2019 de 10.00.01/2019 de 10.00.01/2019 às 10.00.01/2019 ás 10.0

Tianguá - CE, 15 de janeiro de 2019 PRISCILA CARDOSO QUEIROZ Pregoeira

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05.001/2019-PP SRP

O Município de Trairi, através da(o) Fundo Municipal de Educação por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público que às 09:00 horas do dia 29 de Janeiro de 2019, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 05.001/2019-PP SRP, tipo menor preco, para aquisição de géneros alimentícios destinados a merenda escolar do Município de Trairi-CE, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municípial de Trairi/CE. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Av. Miguel Pinto Ferreira, 356, Planalto Norte, Trairi/CE, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Trairi - CE, 15 de Janeiro de 2019 KENNEDY RODRIGUES DO NASCIMENTO CARDOSO Pregoeiro

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL,Nº 07.001/2019-PP SRP

O Municipio de Trairi, através dalo) Secretaria do Trabalho e Assistência Social por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público que às 09:00 horas do dia 30 de Janeiro de 2019, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial,Nº 07.001/2019-NP SRP, tipo menor preço, para contratação de empresa especializada em serviços funerários destinados a Prefeitura Municipal de Trairi-CE . de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Cornissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Trairi-CE. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Av. Miguel Pinto Ferreira, 356, Planalto Norte, Trairi/CE, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Trairi - CE, 15 de Janeiro de 2019 KENNEDY RODRIGUES DO NASCIMENTO CARDOSO Pregoeiro

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TURURU

#### EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1801.01/2018

Extrato do Instrumento Contratual Nº 0301.02/2019 resultante do Pregão Presencial Nº 1801.01/2018. UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria de Educação. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº: 0402.12.306.0038.2.013 - PNAE QUILOMBOLA/0402.12.306.0038.2.014 - PNAE PRÉ ESCOLA / 0402.12.306.0038.2.015 - PNAE CRECHE / 0402.12.306.0038.2.016 - PNAE FUNDAMENTAL / MAIS EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL / QUILOMBOLA - 0402.12.306.0038.2.016 - PNAE FUNDAMENTAL / MAIS EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL / QUILOMBOLA - 0402.12.306.0038.2.016. ELEMENTO DE DESPESA Nº: 3.3.90.30.00 - Outros Materiais de Consumo. OBJE 10: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar no Municipio de Tururu-CE. VIGÊNCIA DO CONTRATAO: até 31 de dezembro de 2019. CONTRATADA: FORTE COMERCIAL LTDA- ME. ASSINA PELA CONTRATADA: Abelardo Alves Vieira. ASSINA PELA CONTRATANTE: Maria Zila Carneiro Hurbano Alves - Secretário de Educação. VALOR GLOBAL: R\$ 268.057,00 (Duzentos e Sessenta e Oito Mil e Cinquenta e Sete Reais).

#### EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1801.01/2018

Extrato do Instrumento Contratual Nº 0401.01/2019, resultante do Pregão Presencial Nº 1801.01/2018. UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria de Educação. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº: 0402.12.306.0038.2.013- PNAF QUILOMBOLA/0402.12.306.0038.2.016- PNAE FESCOLA/0402.12.306.0038.2.016- PNAE FUNDAMENTAL/ MAIS EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/0402.12.306.0038.2.016- PNAE FUNDAMENTAL/ MAIS EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/QUILOMBOLA - 0402.12.306.0038.2.016- PRAE FUNDAMENTAL/ MAIS EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/QUILOMBOLA - 0402.12.306.0038.2.016- PRAE FUNDAMENTAL/ MAIS EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/OUILOMBOLA - 0402.12.306.0038.2.016. ELEMENTO DE DESPESA Nº: 33.90.30.00 - Dutros Materials de Consumo. OBJETO: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de géneros alimentícios destinados a merenda escolar no Município de Tururu-CE. VIGÊNCIA DO CONTRATAO. VICENTE DE CARVALHO SANTOS- EPP. ASSINA PELA CONTRATADA: VICENTE DE CARVALHO SANTOS- EPP. ASSINA PELA CONTRATADA: VICENTE de Carvalho Santos. ASSINA PELA CONTRATANTE: Maria ZIJÍa Carneiro Hurbano Álves - Secretária de Educação. VALOR GLOBAL: RS 288.521.10 (Duzentos e Oitenta e Oito Mil e Quinhentos e Vinte e Um Reais e Dez Centavos).

#### AVISO DE CONVOCAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1801.01/2018

A Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Tururu-CE, através da Comissão de Licitação convoca a Empresa EGEIROS EDUCACIONAL LTDA - MÉ, inscrita no CNP) Nº 05.141.728/0001-57, com endereço à Rua Joaquim Felício, N° 1563, Bairro

Messejana, Cidade Fortaleza, Estado do Ceará, para Assinatura do Contrato De Pregão Presencial № 1801.01/2018. Cumpre-nos informar que a desatenção in acarretara as sanções prevista em lei. Solicitamos também, certidões descritas atualizadas: Certidão Negativa de Débitos Estadual; Certidão Negativa de Débitos Federal; FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certidão Negativa de Débitos Municipais. Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço

> Tururu-CE, 2 de janeiro de 2019 JORGE LUIZ DA ROCHA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE

#### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.12.07.1

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, Estado do Ceará, no Cumprimento de suas funções, torna público para o conhecimento dos interessados que o Certame Licitatório de Modalidade Pregão nº 2018.12.071, do tipo Presencial, cujo objeto é a Contratação de instituição financeira, pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários, necessários ao pagamento de vencimentos, salarios e similares dos servidores municipais, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, com o recebimento dos envelopes de propostas de pregos e de habilitação marcado para o dia 15 de Janeiro de 2019, às 09:00 horas, tornou-se DESERIO. Em tempo já fica remarcada uma nova data para o recebimento dos envelopes de Propostas de Preços e de Habilitação neste dia 29 de Janeiro de 2019, às 09:00 Horas. Maiores informações pelo fone (88) 3541-2893.

Várzea Alegre - CE, 15 de Janeiro 2019 EMMANUEL ABREU PEDREIRA

#### ESTADO DO ESPIRITO SANTO PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE

# TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2019

O Município de Alegre/ES, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a prorrogação, da sessão do Tornada de Preços nº 001/2019 que tem por objeto a prestação dos serviços de reforma do pavimento térreo e quadra poliesportiva da EMEIF "Domingos Bravo Reinoso" (Antigo Prédio da EEEFM "Pedro Simão), localizada no Município de Alegre/ES por motivos de publicidades, cuja abertura seria dia 29 de janeiro de 2019 as 09:00h. A reabertura da sessão será às 09:00h do dia 01 de fevereiro de 2019. O Edital Republicado poderá ser retirado no site: www.alegre.es.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas pelo tel: (28) 3552-3772 ou pelo email licitacaoalegre@gmail.com

Alegre/ES, 15 de janeiro de 2019. GEYSA RODRIGUES VIANNA Presidente da Comissão

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

# AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº1/2019

- 1. Síntese do objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de Transporte Escolar para a rede Municipal de Ensino desta municipalidade, conforme Anexo I do Edital.
  2. Tipo de licitação: Pregão Presencial 00001/2019 MENOR PREÇO POR LOTE.
  3. Audiência para recebimento, abertura dos envelopes e julgamento da documentação e das propostas: às 09:00 horas do dia 28 de janeiro de 2019.
  4. Local para a audiência, informações e obtenção do Edital e seus anexos: Comissão Permanente de Licitação, sito na Alameda Santa Terezinha, nº 100, Bairro Vila Landinha, na cidade de Barra de São Francisco Estado do Espírito Santo, ou através do site www.pmbsf.es.gov.br.

Barra de São Francisco, 15 de janeiro de 2019 EMÍDIO MORAES NETTO

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA

# EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2019

CONTRATANTE: Município de Boa Esperança - ES. CONTRATADA: CONSTRUTORA BARÃO DOS AIMORÉS EIRELI EPP, CNPJ Nº 01.984.992/0001-

CONTRATADA: CONSTRUTORA BARÃO DOS AIMORÉS EIRELI EPP, CNPJ № 01.984.992/000100.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia ou arquitetura para execução de obra de construção da Unidade Básica de Saúde Dr. Jacques Gonçalves Vieira, na Sede do município de Boa Esperança, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, em atendimento a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

VALOR: RS 651.959,40 (seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
Fundo Municipal de Saúde de Boa Esperança
Orgão: Secretaria Municipal de Saúde.
Projeto Atividade: 008001.1030100252.164 - Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção de Unidades Básicas de Saúde.
Elemento Despesa: 44905100000 - Dbras e Instalações.
Fonte Recurso: 12040001000 - Recurso da Saúde - Contrapartida Convênio Federal.
1201000000 - Recursos Próprios - Saúde.
DATA DE ASSINATURA: 03/01/2019.
VIGÊNCIA: 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) días a contar do día subsequente à sua publicação na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do art. 61 da 1ei nº 8.666, de 1993.
MODAUDADE: Tomada de Preços nº 004/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 6º TERMO ADITIVO Processo nº. 32360/2014 Contrato nº. 160/2014 Contratante: PMC

Contratante: PMC Contratada: ENGMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP Objeto: acrescimo de prazo de execução e vigência ao Contrato nº. 160/2014, firmado em

O prazo de execução e vigência do contrato fica prorrogado pelo prazo de 30 (trinta) Data de assinatura: 28/12/2018





# Líder do governo na Câmara está alinhado com Bolsonaro, diz Joice Hasselmann | REPERCUSSÃO | Major Victor Hugo

foi eleito pela primeira vez para exercer mandato e é o escolhido pelo presidente para ser líder do PSL

Joice Hasselmann (SP), afirmou ontem que o colega Major Vitor Hugo (PSL-GO) está alinhacio com o presidente Jair Boisonaro e que deve fazer um bom trabalho defendendo as pautas de interesse do governo na Câmara.

Eleito pela primeira vez para exercer o mandato de deputado federal, Vitor Hugo será o lider do governo na Casa a partir de fevereiro. O anúncio foi feito nesta segunda-feira, 14, por Bolsonaro no Twitter.

"Não só concordel com a escoiha, como trabalhei por ele. Eu disse ao presidente que etc fará um bom trabalho", afirmou Hasselmann. Para a jornalista, a falta de experiência política de Vitor Hugo, que foi ciesto pela primeira vez, não deve ser um empecilho e o parlamentar deve contar com a ajuda de colegas para driblar a questão durante as articulações.

acu Sofsonaro a escoftier Vi-Hugo, Joice Basselmann la que os dois têm afinida oc secom militares e que a capacidade intelection major é algo que agrada ao

Mestre em Operações Mi-litares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais Exército e bacharei em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, Vitor Hugo estava lotado na Consultoria Legislativa da Cámara, na área de segurança pública e defesa nacional

Ele foi aiuno dos generais e atuais ministros Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Carlos Alberto Santos Cruz (Governo), na escola de cadetes. Também atuou como observador militar da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (ONUCI) entre 2008 e 2009.

Ao lider do governo cabe articular com as bancadas aliadas a votação de projetos de interesse do Palácio do Planalto. Somente seu particio, o PSL, elegeu 5º deputados para a próxima legislatura, a segunda maior bancada. Ficou atrás somente do Partido dos Trabafindores, com 56 eleitos.

Ontem, o deputado fede ral eleito publicou foto em seu Twitter, em que aparece ao lado do ministro Santos Cruz. Na le genda, escreveu: "Alinhando procedimentos para o novo momento da nossa politica". O anúncio do lider de Bolso-

naro na Câmara foi feito na última segunda, 14, pelo próprio presidente. "Comunico que a Liderança do Governo na Cătado federal Major Vitor Hugo (PSL/GO), advogado e consultor legislativo concursado desde 2015", escreveu Boisonaro em

Na sequência, o major res-pondeu, também pela rede social. "Um grande desafiot Obrigado, oi, pela confian-ca! Força!", escreveu, O "oi" é (Agência Estado)



Não só concordei com a escolha. como trabalhei por ele. Eu disse ao presidente que ele fará um bom trabalho"

Joice Hassels eleita pelo PSL mann, deputada



foto no Twitter ao lado do ministro Santos Cruz

Informe Publicatoric

# Opinião Acadêmica

# O DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE **ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO**

Durante os dias de crose na segurança publica que o Cean's tem vindo, a sidade de Fortaleca tem sida afigida por mais oma crisa i a de lisio. A imagiça sofrida em todos de sejecres públicos gemos o transitorino da vindos de salecimiento de siveridos de las sem coleta de lisio peias vuais. O fato tronue à sena sum dor genarios de cambo da humandadio para este tempo, o de responsabilitação pelo los que cada- diado produz.

O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é garandado na Constituição Forderia de 1985, at 225. caput-inforteatio, rulo se pode crecitar at tarefa como derevi, apenas, do Estado, post tambiem cumpra a cada- cidadão pisodos de projucição para como provisor de como derevi, apenas, do Estado, post tambiem cumpra a cada- cidadão o papar de se responsabilizar pelo equilibrita de se responsabilizar pelo equilibrita dos esposas que ocupa Todavia, o que se nota até aque e que tissum decados de spolitações que ocupa Todavia, o que se nota até aque e que tissum decados de spolitações como derevi, apenas, com portamente de socientados de compara de como derevi, apenas, com de actual de pode de se conscisações que ocupa Todavia, o que se nota até aque e que tissum decados de spolitações que ocupa Todavia, o que se nota até aque e que tissum decado com porta a desarro de pode de se composa de se producido como se pode que term adorte de socientados de sociencidos que pode mais pode de se composa de se producido pode se se compara de sociencidos que pode se composa de se producido pode de se como de se como de mais estados que tem sobre que tem sobre o uso de candos o públicado en como de actual de pode de se que estado en como de actual de sociencidos de se composa como porta de se como de se como de se como de seguidos pode de se como de se como de se como de se como de seguidos podes de se como de seguidos de se como de seguidos podes de se como de seguidos podes de seguidos de seguidos podes de seguidos de se como de se como de seguidos podes de seguidos de seguidos podes de se

DO CEARA - PASTELTURA MUNICIPAL DE CATARINA - AVISO DE LICITAÇÃO, Ó Manimo de traveir de Caliminsão Dermanence de Biología, comediante Pregnetos Besquindos estraveir de Catarina, como de la comediante de regido Esterbelico, austrada sobre 3.5 Med. Linguis de comediante de revisição de aversações de subsente sobre de comediante de Catarina, confidente especificações manimo atrabitadas neste de la comedia de la comedia Pestante de servição de de avalenta de la comedia Pestante de la Catarina de Catarina de

lado do Ceara. A Profestora Municipial de Sunado, através das Giuernas biridades. Ir meso de Pregoriro Obsean desta municipalidade, terram gobbre due se en conscilo dos interessados o ESITAS DE PREGAD PRESENCIA, NY 18P PP2019/30 VERSAS UNIDADES GISTORAS, con terro somo pobero o Sistema de Basisiro.

REVISIONACIÓN DO ANTIO DE LICITAÇÃO PRESIDENCIAL Nº 2018.13.22.1. A comissãoperigão de preferência cuminiques de Capatral Communica dos informacións dons o travalo de licitação, 
perigão de preferência cuminiques de Capatral Communica dos informacións dons de Travallo de licitação de los Empires.

Fruscionades de de Professão de Levinção de Cantraldo combinenciamentos de Objectado de Residencia de Contraldo de Capatral Communicação de Capatral de Residencia de Communicação de Capatral Capatral Communicação de Capatral Communicação de Capatral Capatral Communicação de Capatral Capatral